

Incongruência De um Governo

16. 11. 1951

Se as campanhas eleitorais tivessem alguma significação neste País e importassem algum sério compromisso entre candidatos e eleitores, o novo governo do sr. Getúlio Vargas deveria ser, se não doutrinariamente (pois difícil é vislumbrar doutrina na vida pública brasileira) ao menos politicamente bem definido. Devera ser, como o caracterizou um dos seus membros, o governo dos que não têm, contra os que têm, o governo da massa contra os exploradores dela.

Que vemos, entretanto? O governo que deveria ser trabalhista, ou, quando muito **populista**, já que o PSP concorreu também para a vitória, não tem nenhum ministro trabalhista, (o sr. Danton Coelho é antes quemista, que trabalhista) e, pelo contrario, contém verdadeiros expoentes da grande indústria, da alta finança e da vasta propriedade. Qualquer dos outros candidatos que houvesse vencido, não teria formado um governo menos trabalhista que o sr. Getúlio Vargas. Trabalhista, de fato, seria o governo do Sr. João Mangabeira, se por absurdo tivesse podido vencer.

Se as pessoas fanatizadas soubessem, ou pudessem refletir, a constituição do novo governo deveria ainstilar-lhes no ânimo, quando menos a dúvida a respeito do seu idolo. E, se as escamas lhes caissem dos olhos, veriam o que nós sempre temos sustentado: que o sr. Getúlio Vargas é um céptico, não tem convicções doutrinárias, não passa de um sibarita do poder. Todas as idéias lhe servem, desde que lhe favoreçam ou reforcem o mando.

Assim, elevado agora ao governo, não por um movimento de opinião sem fronteiras de Estados ou de partidos, como em 1930, mas como candidato de um partido definido, apoiado por um partido afim, o seu primeiro cuidado é desmoralizar o próprio partido, constituindo um governo inteiramente à margem dele e com gente de tendências políticas a êle opostas. Nunca, tanto como para o sr. Getúlio Vargas, se reduziu o partido a simples legenda, que se utiliza porque a lei obriga, mas não importa nenhum compromisso de ordem moral ou doutrinário.

Aliás, não é recente a ogeriza do atual presidente da República pelos compromissos partidários. Deixando de parte o decreto dissolutorio dos partidos, por estar isto na própria natureza do Estado Novo, foi êle quem conseguiu essa façanha, antes única do que rara: pertencer simultâneamente a dois partidos nacionais de tendências diversas, senão divergentes, o Partido Social Democrático e o Partido Trabalhista Brasileiro, para os utilizar ao sabor das suas conveniências.

Não espanta, pois, esteja êle cogitando, segundo se afirma e os fatos parecem confirmar, de criar um novo e grande partido, em cujo seio desapareçam os que, de uma ou outra forma, lhe estão dando apôio. O Partido Trabalhista, embora formado em tôrno da sua pessoa, tem veleidades doutrinárias e poderia tornar-se incômodo. Não assim o novo partido, modelado de acôrdo com as atuais circunstancias.

Alegar-se-á, por certo, que não dispondo da maioria do Congresso, fôrça lhe era requestar o apôio de outros partidos, afim de poder governar. Quem conheça a mecânica do sistema presidencial e a preponderância que nele tem o presidente, conhece também o valor do argumento. Pelo menos para as medidas de interesse público, não faltaria ao chefe do Governo o apôio parlamentar. Concedemos, porém, que seria de boa tática constituir um ministério multi-partidário. Ainda assim, ao Partido Trabalhista deveria caber uma participação maior no governo, se do seu chefe não estivesse ausente toda preocupação doutrinária.

Sôbre tais aspectos do novo governo devem deter-se todos quantos, tendo concorrido para a vitória eleitoral, se deixaram levar por motivos de ordem ideal, e não pessoal. E verão, então que foram ludibriados.